

Gestão 2020-2022

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Paulo Cezar dos Passos
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siuffi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Olavo Monteiro Mascarenhas
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siuffi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3318-2160 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****RESOLUÇÃO Nº 30/2020-PGJ, DE 26 DE JUNHO DE 2020.**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 7º, inciso V, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e

CONSIDERANDO o alcance do princípio da eficiência, com o qual a atividade de inteligência pode contribuir em larga escala, para a efetividade das ações finalísticas do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS);

CONSIDERANDO a necessidade crescente de produção de conhecimento, difusão e controle de informações como ferramentas indispensáveis às atividades dos órgãos de execução do MPMS, que possam constituir elementos para investigações, provas em processos cíveis ou criminais;

CONSIDERANDO a necessidade de proteção da privacidade prevista na Constituição da República Federativa do Brasil em seu art. 5º, incisos X, XII e XIV;

CONSIDERANDO a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei de Acesso à Informação;

CONSIDERANDO o Plano de Segurança Institucional do MPMS, conforme a Resolução nº 11/2018-PGJ, de 25 de maio de 2018;

CONSIDERANDO o Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre a União, por intermédio do Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania, e o MPMS para subsidiar a implantação e o funcionamento de Laboratório de Recuperação de Ativos no âmbito da Administração Pública Federal, assim como para o ingresso na Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro (Rede-Lab), firmado em 17 de maio de 2016, e publicado no Diário Oficial da União do mesmo dia;

CONSIDERANDO que a gestão estratégica do MPMS definiu como um de seus objetivos a intensificação do combate ao crime organizado e aos crimes econômico-financeiros, e que a atividade de inteligência constitui instrumento indispensável à implementação desse objetivo;

CONSIDERANDO a necessidade de promover o intercâmbio entre órgãos de inteligência de outros Ministérios Públicos ou de instituições afetas à segurança pública, como forma de ampliar a capacidade de obtenção e processamento de dados;

CONSIDERANDO a necessidade de atualizar o regramento relativo ao CI e regulamentar situações que não estavam expressamente previstas; e

CONSIDERANDO a total reformulação do Portal CI e a modernização administrativa e tecnológica realizada na estrutura técnica e administrativa do CI,

RESOLVE:

Art. 1º Regulamentar o Centro de Pesquisa, Análise, Difusão e Segurança da Informação (CI) do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Campo Grande, MS, 26 de junho de 2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2252/2020-PGJ, DE 26.6.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Adriano Barrozo da Silva 2 (dois) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2017 a 6 de janeiro de 2018, por ter atuado no período de 29.12.2017 a 6.1.2018, a serem usufruídos nos dias 29 e 30.6.2020, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2253/2020-PGJ, DE 26.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Fabio Adalberto Cardoso de Moraes para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a Promotoria de Justiça da comarca de Sonora, nos dias 29 e 30.6.2020, em razão de férias do Promotor de Justiça Adriano Barrozo da Silva.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2254/2020-PGJ, DE 26.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Fernando Marcelo Peixoto Lanza, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 41ª Zona Eleitoral, nos dias 29 e 30.6.2020, em razão de férias do titular, Adriano Barrozo da Silva.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2255/2020-PGJ, DE 26.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Celso Antonio Botelho de Carvalho 2 (dois) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2005 a 6 de janeiro de 2006, a serem usufruídos nos dias 2 e 3.7.2020, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2257/2020-PGJ, DE 26.6.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Juliane Cristina Gomes 7 (sete) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 20.6.2020, em prorrogação, nos termos dos artigos 139, inciso II, e 150, parágrafo único, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2235/2020-PGJ, DE 22.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a servidora Fabíola Márcia Shimabukuro, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, área de atividade Administrativa, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designada para prestar serviços na 48ª Promotoria de Justiça, para, com prejuízo de suas funções, prestar serviços na Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça, a partir de 20.6.2020, até ulterior deliberação.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Termo de Ajustamento de Conduta que o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, doravante denominado COMPROMITENTE, celebra com o ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, doravante denominado COMPROMISSÁRIO, para adequar a contratação de serviços e a compra de produtos na área de informática do Estado, bem como a terceirização de mão-de-obra neste setor.

CONSIDERANDO a competência constitucional do Ministério Público Estadual da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (*arts. 127 e 129, da Constituição Federal*), bem como a sua função institucional de promoção de inquérito civil e da ação civil pública em defesa do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, podendo tomar das autoridades públicas responsáveis o compromisso de ajustamento de conduta, nos termos do art. 5º, §6º, da Lei Federal nº 7.347/85;

CONSIDERANDO as competências das autoridades estaduais abaixo assinadas em relação ao assunto do presente Termo de Ajustamento de Conduta, dentre elas, o Governador do Estado, Sr. Reinaldo Azambuja Silva (*art. 89, V, VII e XV, da Constituição Estadual*), o Secretário de Estado de Fazenda (*art. 15, da Lei Estadual 4.640/2014*), o Superintendente de Gestão de Informação da SEFAZ/MS (*art. 11, do Decreto Estadual nº 14.683/2017*), a Secretária de Estado de Administração (*art. 16, da Lei Estadual 4.640/2014*), a Superintendente de Gestão de Compras e Materiais, a Procuradora-Geral do Estado (*art. 144, da Constituição Estadual c.c. art. 2º, IV, art. 3º, V, VI e X, da Lei Complementar Estadual nº 95/2001 c.c. Parecer/PGE/Nº 10/2006, aprovado pela Decisão/PGE/GAB/Nº 941/2006 c.c. Ofício Circular OF/CIRC/PGE/MS/GAB/Nº 001/2015*);

CONSIDERANDO a necessidade de lisura e transparência nos processos de contratação de serviços e aquisição de produtos na área da Tecnologia da Informação (TI), bem como na terceirização de mão-de-obra neste setor;

CONSIDERANDO os avanços regulatórios dos processos de contratação de serviços e aquisição de produtos na área de informática na esfera federal, (*Instrução Normativa nº 01/2019 da Secretária de Governo Digital do Ministério*



da Economia, que, por sua vez, substituiu a Instrução Normativa nº 04/2014, da Secretária de Logística e Tecnologia da Informação), bem como no âmbito do Conselho Nacional de Justiça (Resolução CNJ nº 182/2013) e no Conselho Nacional do Ministério Público (Resolução CNMP nº 102/2013);

CONSIDERANDO as boas práticas que já estão sendo adotadas pelos próprios órgãos de controle estaduais, especialmente o Ministério Público Estadual e o Tribunal de Contas do Estado, que receberam visitas técnicas da equipe da Superintendência da Gestão da Informação da SEFAZ-MS;

CONSIDERANDO que há em curso no Judiciário e no Ministério Público Estadual processos, procedimentos e investigações relacionadas à contratação de serviços e aquisição de produtos na área de informática pelo Estado de Mato Grosso do Sul, inclusive a contratação de mão-de-obra terceirizada neste setor;

CONSIDERANDO recomendação do Ministério Público Estadual no tocante às contratações de serviços e aquisição de produtos na área de informática pelo Estado de Mato Grosso do Sul;

CONSIDERANDO a necessidade de saneamento das contratações vigentes ou em andamento, aferindo e certificando se os procedimentos atenderam aos principais requisitos legais e precedentes dos Tribunais de Contas;

RESOLVEM o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, neste ato representado pelo Procurador-Geral de Justiça, Alexandre Magno Benites de Lacerda, pelos Promotores de Justiça titulares das Promotorias de Justiça do Patrimônio Público e Social de Campo Grande-MS, Adriano Lobo Viana de Resende, Humberto Lapa Ferri e Marcos Alex Vera de Oliveira, e o ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, neste ato representado pelo Governador do Estado, Reinaldo Azambuja Silva, pelos Gestores Estaduais, Secretário de Estado de Fazenda, Felipe Mattos de Lima Ribeiro, Superintendente de Gestão da Informação da SEFAZ-MS, Alessandro Menezes de Souza, Secretária de Estado de Administração, Ana Carolina Araujo Nardes, Superintendente de Gestão de Compras e Materiais, Muriel Moreira e pela anuente Procuradora-Geral do Estado, Fabíola Marquetti Sanches Rahim, firmar o presente TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente Termo de Ajustamento de Conduta tem por finalidade melhor regular as contratações de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) do Estado de Mato Grosso do Sul, com o objetivo de trazer maior lisura e transparência ao processo de contratação de serviços e aquisição de produtos na área da tecnologia da informação, inclusive na terceirização de mão-de-obra neste setor.

CLÁUSULA SEGUNDA: Em razão do presente Termo de Ajustamento de Conduta, o Estado COMPROMISSÁRIO se compromete a:

a) no prazo de 30 dias contados da assinatura do presente termo, instituir o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (CETI) como instância de governança de Tecnologia da Informação no âmbito estadual e editar Decreto estabelecendo as diretrizes normativas de boas práticas procedimentais para contratação de serviços e aquisição de produtos na área de informática, podendo utilizar como referência, no que couber, a Instrução Normativa nº 01/2019 da Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia.

b) no prazo de 12 meses contados da publicação do Decreto que instituir o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (CETI), instituir o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI), como desdobramento do Plano Estratégico Institucional, com revisões periódicas e aprovado pelo Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (CETI).

CLÁUSULA TERCEIRA: Nos procedimentos para a contratação de serviços e aquisição de produtos na área de informática, complementando e ratificando o previsto na cláusula segunda, o Estado COMPROMISSÁRIO se compromete a observar os seguintes requisitos mínimos de validade: a) a presença de Estudo Técnico Preliminar¹; b) a completa descrição do objeto contratado, com especificações precisas; c) o detalhamento da composição do preço e critério utilizado, com base em informações de diversas fontes, incluindo contratações realizadas no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública e com planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários; d) a explicitação dos critérios utilizados na seleção do fornecedor; e) a justificativa para o parcelamento ou não do objeto, abstendo-se da contratação, de forma aglutinada, em procedimento licitatório único, de atividades de natureza distintas; f) a vedação de ser caracterizado o contrato de T.I. como fornecimento de mão-de-obra; g) a remuneração deve estar

¹ ACÓRDÃO n. 2.471/2008 – PLENÁRIO TCU.



vinculada a resultados ou ao atendimento de níveis de serviço, admitindo-se o pagamento por hora trabalhada ou por posto de serviço somente quando as características do objeto não o permitirem, hipótese em que a excepcionalidade deve estar prévia e adequadamente justificada nos respectivos processos administrativos (Súmula 269 TCU) e, no caso do pagamento por hora trabalhada, sempre vinculada à entrega de produtos de acordo com prazos e qualidade previamente definidos, ou, se por posto de serviço, mediante a comprovação obrigatória de resultados compatíveis com o posto previamente definido²; h) a vedação de utilização de métricas, como Unidade de Serviço Técnico (UST) e Unidade de Medida de Serviços (UMS), para remunerar serviços de TI cuja medição não seja passível de verificação³; i) o controle da classificação e da mensuração das ordens de serviços de TI é responsabilidade do ente contratante, não passível de delegação à empresa que presta os serviços mensurados⁴; j) o detalhamento dos procedimentos para mensuração, faturamento e pagamento dos serviços prestados, com a definição do método de avaliação e medição de resultados; k) e a previsão de mecanismos de gestão do contrato.

CLÁUSULA QUARTA: O Estado abster-se-á de executar indiretamente os serviços de gestão de processos de TIC, de governança de TIC e de gestão de segurança da informação, principalmente:

- a) Estabelecimento e coordenação da governança e gestão estratégica de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC);
- b) Estabelecimento de políticas e normas nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle;
- c) Planejamento estratégico de Tecnologia de Informação e Comunicação;
- d) Supervisão da execução da governança e das estratégias de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- e) Gestão e coordenação do processo de administração de dados e de segurança dos dados;
- f) Gestão e coordenação do processo de Segurança da Informação e Comunicação.

CLÁUSULA QUINTA: O Estado abster-se-á de renovar/aditar todos os contratos cujo procedimento de contratação não tenha observado as diretrizes normativas estabelecidas no regulamento estadual referido na Cláusula Segunda e ao previsto na Cláusula Terceira.

Parágrafo primeiro: Os contratos com valor igual ou maior que R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) ainda passíveis de prorrogação poderão ser renovados/aditados unicamente para prorrogação pelo prazo necessário para completar o processo de nova contratação, desde que não ultrapasse o período de 12 meses a partir da presente data.

Parágrafo segundo: Os contratos com valor inferior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) ainda passíveis de prorrogação poderão ser renovados/aditados unicamente para prorrogação pelo prazo necessário para completar o processo de nova contratação, desde que não ultrapasse 24 meses a partir da presente data.

CLÁUSULA SEXTA: O Estado apresentará, no prazo de 60 dias, relatório circunstanciado das medidas adotadas e em andamento.

CLÁUSULA SÉTIMA: O presente acordo extinguirá, com resolução de mérito, a Ação Civil Pública n. 0901281-60.2017.8.12.0001, naquilo em que é objeto do presente Termo de Ajustamento de Conduta, bem como constituirá solução consensual de conflito nos procedimentos administrativos intentados em face do Estado de Mato Grosso do Sul que envolvam a matéria em voga, nos termos do artigo 1º, §3º, e artigo 33 e seguintes da Resolução n.15/2007-PGJ, acarretando o arquivamento de inquérito civil ou de procedimento preparatório, especialmente os de nºs 06.2016.00000993-1, 06.2019.0000067-4 (29ª Promotoria de Justiça) e 06.2019.00001310-3 (30ª Promotoria de Justiça) e a instauração de procedimento administrativo para fins de acompanhamento da execução e cumprimento do acordo.

CLÁUSULA OITAVA: O descumprimento injustificado das obrigações estipuladas no presente instrumento sujeitará o COMPROMISSÁRIO e os Gestores com responsabilidade direta sobre o fato, comprovado o descumprimento doloso, ao pagamento solidário de multa no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Parágrafo primeiro: O valor da multa prevista no caput será atualizada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo/IPCA desde o mês seguinte a sua fixação.

Parágrafo segundo: A multa prevista no caput será recolhida em favor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos e Coletivos Estadual.

Parágrafo terceiro: A penalidade prevista no presente Termo de Ajustamento de Conduta será aplicada sem prejuízo da adoção, pelo Ministério Público Estadual, de outras medidas destinadas a assegurar o cumprimento de suas cláusulas e de responsabilizar civil, administrativa e criminalmente aquele que tiver dado causa ao descumprimento.

² Súmula nº 269 TCU e artigo 5º, incisos VIII e IX, da Instrução Normativa nº 1, de 4 de abril de 2019, da Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia.

³ ACÓRDÃO n. 916/2015 – PLENÁRIO TCU (item 236.1).

⁴ Idem (item 236.2).



CLÁUSULA NONA: Não caracteriza descumprimento do presente Termo de Ajustamento as situações decorrentes de caso fortuito, força maior ou outros fatos imprevistos, imprevisíveis e não imputáveis às partes, devendo o fato ser comunicado e justificado, no prazo máximo de 10 (dez) dias, ao Ministério Público Estadual, que, se for o caso, aditará o presente Compromisso de Ajustamento de Conduta, fixando novo prazo para o adimplemento da obrigação não cumprida.

CLÁUSULA DÉCIMA: Fica autorizada a divulgação do presente Termo de Ajustamento de Conduta para terceiros e o público em geral, bem como em juízo, caso necessário para garantir sua força probante.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O presente Termo de Ajustamento de Conduta entra em vigor na data de sua assinatura e gera efeitos de forma imediata.

E por estarem assim ajustadas, as partes firmam o presente termo de compromisso em 03 (três) vias de igual teor.

Campo Grande - MS, 23 de junho de 2020.

REPRESENTANTES DO MPE:

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador Geral de Justiça do Estado de MS

ADRIANO LOBO VIANA DE RESENDE
Promotor de Justiça

HUMBERTO LAPA FERRI
Promotor de Justiça

MARCOS ALEX VERA DE OLIVEIRA
Promotor de Justiça

GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E GESTORES ESTADUAIS:

REINALDO AZAMBUJA SILVA
Governador do Estado de MS

FELIPE MATTOS DE LIMA RIBEIRO
Secretário de Fazenda do Estado de MS

ALESSANDRO MENEZES DE SOUZA
Superintendente de Gestão da Informação (SGI) da SEFAZ-MS

ANA CAROLINA ARAUJO NARDES
Secretária de Administração do Estado de MS

MURIEL MOREIRA
Superintendente de Gestão de Compras e Materiais

FABÍOLA MARQUETTI SANCHES RAHIM
Procuradora-Geral do Estado de MS



PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA

PORTARIA Nº 2236/2020-PGJ, DE 23.6.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

RESOLVE:

Suspender as férias concedidas à servidora Arielle Silva Steiner, por meio da Portaria nº 4365/2019-PGJ, de 22.11.2019, que seriam usufruídas no período de 6 a 15.7.2020, a serem usufruídas no período de 11 a 20.1.2021, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 2237/2020-PGJ, DE 23.6.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

RESOLVE:

Alterar as férias dos servidores do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, concedidas por meio das portarias abaixo relacionadas, e suas modificações, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, conforme segue:

Onde consta:

PORTARIA Nº 4365/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Cristiane Aparecida Cazeiro	2017/2018	6 a 15.1.2020	6 a 15.7.2020		16 a 25.1.2020
Felipe de Lima Figueiredo	2016/2017	25.11 a 4.12.2019	15 a 24.6.2020		25.1 a 3.2.2020
Karla Christine Nogueira Farias	2017/2018	27.2 a 7.3.2020	30.9 a 9.10.2020		7 a 16.1.2020

PORTARIA Nº 4645/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Guilherme da Matta Massarotto	2017/2018	20 a 29.1.2020	1º a 10.7.2020		1º a 10.3.2020

PORTARIA Nº 180/2020-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Jose da Cruz Soares	2017/2018	12 a 21.2.2020	19 a 28.6.2020		2 a 11.2.2020

PORTARIA Nº 462/2020-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
João Alexandre de Souza	2019/2020	30.3 a 8.4.2020	6 a 15.7.2020	10 a 19.12.2020	

Passe a constar:

**PORTARIA Nº 4365/2019-PGJ**

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Cristiane Aparecida Cazeiro	2017/2018	6 a 15.1.2020	3 a 12.11.2020		16 a 25.1.2020
Felipe de Lima Figueiredo	2016/2017	25.11 a 4.12.2019	6 a 15.7.2020		25.1 a 3.2.2020
Karla Christine Nogueira Farias	2017/2018	27.2 a 7.3.2020	2 a 11.12.2020		7 a 16.1.2020

PORTARIA Nº 4645/2019-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Guilherme da Matta Massarotto	2017/2018	20 a 29.1.2020	9 a 18.11.2020		1º a 10.3.2020

PORTARIA Nº 180/2020-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Jose da Cruz Soares	2017/2018	12 a 21.2.2020	1º a 10.12.2020		2 a 11.2.2020

PORTARIA Nº 462/2020-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
João Alexandre de Souza	2019/2020	30.3 a 8.4.2020	3 a 12.8.2020	10 a 19.12.2020	

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 2238/2020-PGJ, DE 23.6.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4365/2019-PGJ, de 22.11.2019, na parte que concedeu férias à servidora Elaine Cristina França Tavares Flor, de forma que, onde consta: “de 1º a 10.7.2020”, passe a constar: “de 9 a 18.12.2020”.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 2239/2020-PGJ, DE 23.6.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias dos servidores do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, concedidas por meio das portarias abaixo relacionadas, e suas modificações, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, conforme segue:

Onde consta:

PORTARIA Nº 2875/2019-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Renata Patricia Souza Monteiro Mendes	2018/2019	9 a 18.9.2019	1º a 10.7.2020		20 a 29.1.2020



PORTARIA Nº 4170/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Luciana Benito Crepaldi Roberto	2016/2017	7 a 16.1.2020	13 a 22.7.2020		12 a 21.11.2019
Rodrigo Brandão Alves Pereira	2018/2019	10 a 19.12.2019	1º a 10.7.2020		7 a 16.1.2020
Vivian Sheilis Bögger Queiroz	2017/2018	8 a 17.1.2020	6 a 15.7.2020	13 a 22.10.2020	

PORTARIA Nº 4365/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Magaly Carvalho Brunet	2017/2018	7 a 16.1.2020	27.7 a 5.8.2020		20 a 29.1.2020
Milton Estevão Corrêa	2017/2018	7 a 16.1.2020	13 a 22.7.2020		20 a 29.1.2020
Mirtes Amin Fonseca Bernardes	2018/2019	20 a 29.1.2020	6 a 15.7.2020		7 a 16.1.2020
Wagner Antonio Figueroa Turini	2018/2019	7 a 16.1.2020	8 a 17.7.2020		20 a 29.1.2020

PORTARIA Nº 180/2020-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Leonardo Bertaglia Agostinho	2017/2018	12 a 21.2.2020	15 a 24.6.2020	4 a 13.11.2020	

Passe a constar:

PORTARIA Nº 2875/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Renata Patricia Souza Monteiro Mendes	2018/2019	9 a 18.9.2019	11 a 20.1.2021		20 a 29.1.2020

PORTARIA Nº 4170/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Luciana Benito Crepaldi Roberto	2016/2017	7 a 16.1.2020	11 a 20.1.2021		12 a 21.11.2019
Rodrigo Brandão Alves Pereira	2018/2019	10 a 19.12.2019	18 a 27.11.2020		7 a 16.1.2020
Vivian Sheilis Bögger Queiroz	2017/2018	8 a 17.1.2020	13 a 22.10.2020	9 a 18.12.2020	

PORTARIA Nº 4365/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Magaly Carvalho Brunet	2017/2018	7 a 16.1.2020	2 a 11.8.2021		20 a 29.1.2020
Milton Estevão Corrêa	2017/2018	7 a 16.1.2020	28.10 a 6.11.2020		20 a 29.1.2020
Mirtes Amin Fonseca Bernardes	2018/2019	20 a 29.1.2020	13 a 22.7.2020		7 a 16.1.2020
Wagner Antonio Figueroa Turini	2018/2019	7 a 16.1.2020	22 a 31.7.2020		20 a 29.1.2020

PORTARIA Nº 180/2020-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Leonardo Bertaglia Agostinho	2017/2018	12 a 21.2.2020	4 a 13.11.2020	3 a 12.2.2021	

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 2244/2020-PGJ, DE 24.6.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Regina Maria Correa Feitosa, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, oito dias de licença por luto, em razão do falecimento de sua genitora, a partir de 14.6.2020, nos termos dos artigos 171, inciso III, alínea “b”, e 178, inciso II, da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, e do artigo 10, inciso XIII, da Resolução nº 22/2016-PGJ, de 12.9.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 2245/2020-PGJ, DE 24.6.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Thelma Martinez Lima, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, oito dias de licença por luto, em razão do falecimento de sua genitora, a partir de 14.6.2020, nos termos dos artigos 171, inciso III, alínea “b”, e 178, inciso II, da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, e do artigo 10, inciso XIII, da Resolução nº 22/2016-PGJ, de 12.9.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 2246/2020-PGJ, DE 24.6.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Luciana Serraglio Baruffi, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada na Promotoria de Justiça de Sete Quedas, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 1ª Promotoria de Justiça de Mundo Novo, nos períodos de 22.6 a 1º.7.2020 e 13 a 22.7.2020, em razão de férias, e nos dias 2, 3, 6, 7, 8, 9 e 10.7.2020, em razão de licença compensatória referente ao feriado forense da servidora Alexandra Secco de Almeida Silva.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 2248/2020-PGJ, DE 24.6.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5 de maio de 2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Willian Natan Vanderlei Passarini, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na Promotoria de Justiça da comarca de Eldorado, no período de 15.6 a 11.12.2020, em razão de licença-maternidade da servidora Rosilaine Bertulino dos Santos.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**CONSELHO SUPERIOR****AVISO Nº 17/2020/CSMP**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, **torna público o pedido de remoção por permuta dos Promotores de Justiça Etéocles Brito Mendonça Dias Júnior, titular da 10ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados, e Rosalina Cruz Cavagnolli, titular da 7ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas**, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da publicação, os interessados manifestem eventual impugnação.

Campo Grande, 26 de junho de 2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PAUTA DA 4ª SESSÃO VIRTUAL DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE INICIARÁ NO DIA 6 DE JULHO DE 2020.

1. Expedientes:

1.1. Expedientes encaminhados ao Conselho Superior para análise em bloco das prorrogações de prazo de inquéritos civis e procedimentos preparatórios, conforme o art. 122 do Regimento Interno do CSMP:

1.1.1. CONSELHEIRO SILVIO CESAR MALUF:

1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2020.00001858-6:

9ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000531-7.

Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000496-6.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00002296-4.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00002825-8.

2. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2020.00001951-9:

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000156-1.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000296-0.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000826-5.

1.1.2. CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:

1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2020.00001639-9:

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000825-4.
- Inquérito Civil nº 06.2019.00000105-1.

29ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000483-0.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brillante:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000580-6.

**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Brasilândia**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001683-6.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000545-4.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000645-3.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00003629-1.

16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000924-0.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bataguassu:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00003255-1.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Dois Irmãos do Buriti:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00003501-5.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00003565-9.

25ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2019.00000459-2.

10ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Inquérito Civil nº 06.2019.00000577-0.

31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2019.00001506-7.

2. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2020.00001738-7:**16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001226-2.

Promotoria de Justiça da comarca de Deodópolis:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000527-6.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000682-0.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00003489-3.

3. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2020.00001793-2:**16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000842-9.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

- Inquérito Civil nº 06.2019.00000359-3.

4. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2020.00001859-7:**Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002376-0.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00000489-9.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00000502-1.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00000899-5.

**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00003438-2.

5. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2020.00001952-0:**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000297-1.

1.1.3. CONSELHEIRO BELMIRE SOLES RIBEIRO:**1.Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2020.00001794-3:****Promotoria de Justiça de Brasilândia:**

- Inquérito Civil nº 06.2019.00000045-2.

2.Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2020.00001860-9:**Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000162-5.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00000506-5.
- Inquérito Civil nº 06.2019.00000442-6.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000580-0.

3. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2020.00001953-0:**Promotoria de Justiça da comarca de Terenos:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00002974-6.

Promotoria de Justiça da comarca de Anastácio:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00003399-4.

1.1.4. CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:**1.Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2020.00001861-0:****Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000671-0.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00000693-1.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00000895-1.

2.Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2020.00001954-1:**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001048-6.

Promotoria de Justiça da comarca de Nova Alvorada do Sul:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00003138-5.

Promotoria de Justiça da comarca de Anastácio:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00003392-8.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Aparecida do Taboado:

- Inquérito Civil nº 06.2019.00000286-1.

1.1.5. CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR:**1.Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2020.00001862-0:****Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000524-3.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00000904-0.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00003414-9.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00003468-2.

**2.Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2020.00001955-2:****1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000293-8.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00003442-7.

1.1.6. CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:**1.Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2020.00001865-3:****Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000900-6.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00002620-5.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00003474-9.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00003479-3.

2.Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2020.00001959-6:**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000157-2.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00002610-5.

Promotoria de Justiça da comarca de Anastácio:

- Inquérito Civil nº 06.2019.00000268-3.

1.1.7. CONSELHEIRO ALEXANDRE LIMA RASLAN:**1.Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2020.00001866-4:****9ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002383-7.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00002322-0.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00002622-7.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00003497-1.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

- Inquérito Civil nº 06.2019.00000449-2.

2.Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2020.00001960-8:**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000281-6.

9ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002383-7.

2. Ordem do dia:**2.1. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:****2.1.1. RELATOR-CONSELHEIRO SILVIO CESAR MALUF:****1. Inquérito Civil nº 06.2018.00002524-0 – SIGILOSO**

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

**2. Procedimento Preparatório nº 06.2019.000000808-8 – SIGILOSO**

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Advogado: Jean Samir Nammoura – OAB/MS nº 14.955.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00002005-5

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ponta Porã

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa, consistente na contratação de empresa prestadora de serviços de exames médicos para atendimento da demanda da Rede Municipal de Saúde, pertencente a empregado público municipal.

Procurador do Município: Ricardo Soares Sanches Dias – OAB/MS nº 11.558.

Advogado: Adilson Josemar Puhl – OAB/MS nº 7.229.

4. Inquérito Civil nº 06.2020.00000580-3

2ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: José Carlos Farias dos Santos

Assunto: Apurar os fatos narrados no BO nº 1662/2020, em decorrência do novo Coronavírus (COVID-19).

5. Inquérito Civil nº 06.2017.00001313-9

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Porto Murtinho

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Renata Rondon de Oliveira

Assunto: Apurar eventual destruição da vegetação primária ou secundária no estágio avançado ou médio de regeneração do Bioma Mata Atlântica, fato ocorrido na Fazenda Jatobá, em Porto Murtinho.

6. Inquérito Civil nº 006.2018.00001497-5

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Negro

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Raul Saraiva Santos

Assunto: Apurar se a supressão de vegetação na Fazenda Santa Irene atendeu as condicionantes de licença expedida pelo IMASUL, tanto no tocante à área quanto no que diz respeito ao período.

7. Inquérito Civil nº 06.2019.00000439-2 – SIGILOSO

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

2.1.2. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:**1. Inquérito Civil nº 06.2017.00000013-3 – SIGILOSO**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00000188-7

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a responsabilização dos responsáveis pela falta de conservação e manutenção de prédio público municipal denominado Centro Internacional de Convenções em Ponta Porã.

Procurador de Município: Ricardo Soares Sanches Dias – OAB/MS nº 11.558.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00000274-6

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Camapuã

Requerentes: Adriana da Silva Lima e Martimiano Rodrigues de Oliveira

Requeridas: Secretaria Estadual de Educação e Secretaria Municipal de Educação

Assunto: Apurar eventual irregularidades no transporte escolar rural que faz a Linha “Pontinho do Cocho”, localizada no município de Camapuã/MS.

**4. Inquérito Civil nº 06.2018.00000699-7**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Brasilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Alexandre Rodrigues Carlos e Gabriel Baez Gonçalves

Assunto: Apurar supostas ilegalidades na emissão de atestados médicos falsos por parte de Gabriel Baez para justificar ausências do vereador Alexandre Rodrigues Carlos.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00000722-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bataguassu

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Bataguassu

Assunto: Apurar a regularidade jurídico ambiental da destinação dos resíduos sólidos produzidos pela zona urbana de Bataguassu em área localizada próxima ao matadouro municipal no reassentamento Santa Paula, de acordo com o constatado por relatório circunstanciado da Polícia Militar Ambiental (IC instaurado em conversão para formado digital do Inquérito Civil 002/2016).

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00000792-0

76ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Hospital Regional de Mato Grosso do Sul

Assunto: Implantação do ponto eletrônico biométrico de frequência e pontualidade dos servidores e médicos do Hospital Regional de Mato Grosso do Sul.

7. Inquérito Civil nº 06.2018.00002663-8

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sonora

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Sonora

Assunto: Apurar eventual irregularidade no Procedimento Licitatório n. 053/2017, Processo n. 067/2017 onde sagrou-se vencedora a empresa Conserv Construção Serviços LTDA - EPP.

8. Inquérito Civil nº 06.2019.00000076-3

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: José Rodrigues de Andrade

Assunto: Apurar a existência de dano ambiental decorrente de possível supressão vegetal sem autorização ambiental de 9,23ha na Fazenda Santo Antônio-Parte III.

Advogado: Cesar Augusto de Souza Avila – OAB/MS nº 15.970.

9. Inquérito Civil nº 06.2019.00000267-2

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Almir Fernando da Silva

Assunto: Apurar a regularidade do vínculo funcional do servidor público estadual Almir Fernando Silva, considerando a notícia de que exerceria cargo público concomitantemente à existência de vínculo empregatício celetista, com cargas horárias incompatíveis

10. Inquérito Civil nº 06.2019.00000602-4

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de São Gabriel do Oeste

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Dimorvan Baseggio e Dilvan Baseggio

Assunto: Apurar a existência de dano ambiental decorrente de possível supressão vegetal sem autorização ambiental de 5,56 hectares na Fazenda Campanário e Pato Branco.

11. Inquérito Civil nº 06.2019.00001219-2

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual



Requerido: Fazenda Santa Virgínia - Emerson Canzi

Assunto: Apurar eventual irregularidade decorrente de armazenamento de agrotóxico na Fazenda Santa Virgínia, localizada no município de Ponta Porã/MS.

12. Inquérito Civil nº 06.2019.00001413-5

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Mundo Novo

Requerente: Esther Correia

Requerida: Empresa Mandioca Ki-Delícia

Assunto: Apurar a regularidade do funcionamento da empresa mandioca Ki-Delícia no tocante às questões ambientais e sanitárias.

13. Inquérito Civil nº 06.2019.00001669-9

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sete Quedas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: A apurar

Assunto: Apurar possível atividade comercial de madeira sem licença de autoridade competente.

14. Inquérito Civil nº 06.2020.00000393-8

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: CM Hospitalar S.A. MAFRA Hospitalar

Assunto: Apurar eventual irregularidade quanto ao aumento abusivo de produtos e cancelamento de pedido de compra realizada pela Unimed Campo Grande/MS.

15. Inquérito Civil nº 06.2020.00000479-2

2ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: José Gabriel dos Santos e Bar do José

Assunto: Apurar os fatos narrados no Boletim de Ocorrência nº 1348, em decorrência do novo CORONAVÍRUS (COVID-19).

16. Inquérito Civil nº 06.2020.00000533-6

2ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Naviraí

Requerente: Secretária de Vigilância Sanitária

Requerido: C Vale Cooperativa Agroindustrial

Assunto: Apurar os fatos narrados no Auto de Infração lavrado pela Vigilância Sanitária em desfavor do C Vale Supermercado de propriedade da C Vale Cooperativa Agroindustrial, em decorrência do novo CORONAVÍRUS (COVID-19).

17. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000215-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Câmara Municipal de Nova Alvorada do Sul

Assunto: Apurar possível violação aos princípios administrativos no município de Nova Alvorada do Sul.

18. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001606-6 – SIGILOSO

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

19. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001666-6

1ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Anastácio

Requerente: Maria Luiza Rivas Leite

Requerido: Conselho Tutelar de Anastácio

Assunto: Apurar eventuais irregularidades durante o pleito do Conselho Tutelar de Anastácio ocorrido em Outubro de 2019 para eleição dos Conselheiros para o quadriênio 2015/2019.

**20. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001754-3**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Guia Lopes da Laguna

Assunto: Apurar a existência de possível ato de improbidade administrativa decorrente de uso irregular de maquinário público pela Prefeitura Municipal de Guia Lopes da Laguna/MS.

21. Inquérito Civil nº 06.2018.00002516-1

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Pedro Paulo José Santana

Assunto: Apurar a existência de dano ambiental decorrente de possível supressão vegetal sem autorização ambiental de 2,35 hectares na Fazenda Planalto, localizada no município de Bandeirantes.

22. Inquérito Civil nº 06.2017.00000564-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Osvaldo Urselino Rocha

Assunto: Apurar eventual irregularidade na contratação temporária de Osvaldo Ursolino da Rocha pela Câmara Municipal de Deodápolis/MS, no ano de 2017, consistente na acumulação ilegal de cargos públicos, uma vez que ele já exerceria cargo comissionado na Câmara Municipal de Glória de Dourados/MS.

23. Inquérito Civil nº 06.2019.00001651-1

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sonora

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Osvaldir José Forastieri (Fazenda Santo Antonio II)

Assunto: Apurar dano ambiental causado pelo descumprimento da legislação de agrotóxicos em razão da utilização de produto domissanitário, sem a receita agronômica, em Sonora/MS.

24. Inquérito Civil nº 06.2019.00000496-0

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Amambai

Assunto: Apurar possíveis irregularidades quanto aos gastos do Município de Amambai com publicidade a partir do ano de 2017, conforme Notícia de Fato nº 01.2019.00000593-6.

2.1.3. RELATOR-CONSELHEIRO BELMIRES SOLES RIBEIRO:**1. Inquérito Civil nº 06.2019.00000090-8 – SIGILOS**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina

2. Inquérito Civil nº 06.2019.0000355-0 – SIGILOS

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Glória de Dourados

3. Inquérito Civil nº 06.2017.00002328-1

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Sérgio Salvadori

Assunto: Apurar danos ambientais que afetaram o Rio Mimoso e o Córrego Taquara, decorrentes de diversas irregularidades ambientais na Fazenda Santa Marta, com sede em Bonito/MS.

4. Inquérito Civil nº 06.2017.00002339-2

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dois Irmãos do Buriti

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar irregularidades na contratação do informativo “Buritinews” com o Sr. Carlos Alberto Costa Rosas para a divulgação institucional da Câmara Municipal de Dois Irmãos do Buriti, desde 2009 até a data de 2012.

**5. Inquérito Civil nº 06.2020.00000499-2**

76ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Secretaria Municipal de Saúde Pública e Centros de Atenção Psicossocial

Assunto: Apurar a falta de Equipamentos de Proteção Individual aos profissionais da saúde que atendem nos Centros de Atenção Psicossocial e nos Centros Especializados de Campo Grande para evitar a transmissão do novo coronavírus (Sars-CoV-2).

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00002599-4

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Telefônica Brasil S.A - VIVO

Assunto: Apurar eventual inadequação na prestação de serviços de banda larga fixa prestada pela empresa VIVO S/A aos consumidores de Dourados/MS.

7. Inquérito Civil nº 06.2019.00001591-2

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Águas Guararoba S/A

Assunto: Apurar eventual irregularidade no corte do fornecimento de água em face de mais de 300 famílias no Jardim Centro Oeste.

8. Inquérito Civil nº 06.2018.00001922-6 – SIGILOSO

3ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia

2.1.4. RELATOR-CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:**1. Inquérito Civil nº 06.2018.00001631-8**

Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual falta de atendimento médico no Assentamento Estrela, situado no município de Jaraguari/MS, conforme narrado em manifestação registrada perante a Ouvidoria do Ministério Público Estadual.

2. Inquérito Civil nº 06.2019.00000083-0

1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul, Instituto ACQUA Ação, Cidadania, Qualidade Urbana e Ambiental

Assunto: Apurar a carência de profissionais de enfermagem, tanto de nível médio quanto superior no Hospital Regional de Ponta Porã conforme apontado em relatório de fiscalização pelo Conselho Regional de Enfermagem.

3. Inquérito Civil nº 06.2016.00000052-9

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Promover a acessibilidade de pessoas com deficiência visual mediante a instalação de semáforos com dispositivos sonoros nas vias públicas de grande circulação de Campo Grande/MS, conforme dispõe a Lei Municipal nº 4.365, de 22 de março de 2006.

Advogado: Thiago Loureiro de Araújo – OAB/MS nº 17.775.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00002797-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Mardônio Gonçalves Silva e Luiz Gustavo Barbosa de Oliveira

Assunto: Apurar a responsabilidade civil do autuado Mardônio Gonçalves Silva.

**5. Inquérito Civil nº 06.2018.00002597-2**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Brilhante

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Presidente e 1.º Tesoureiro integrantes da Diretoria da Associação dos Universitários de Rio Brilhante AUNIRIO dos anos 2014, 2015 e 2016

Assunto: Apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa, que importa em enriquecimento ilícito, causa prejuízo ao erário e atenta contra os princípios da Administração Pública, consistente no desvio de finalidade/má aplicação de dinheiro público repassado através de convênio, nos anos de 2013 a 2016, pelo Município de Rio Brilhante à Associação dos Universitários de Rio Brilhante/MS - AUNIRIO, bem como na omissão do dever de prestação de contas por parte do então Presidente da referida entidade.

2.1.5. RELATOR-CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR:**1. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2020.00003032-4 – SIGILOSO**

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Corumbá

2. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2020.00003254-4

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Recorrente: Anônimo

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Irresignação contra o arquivamento da Notícia de Fato 01.2020.00003142-3, registrada em razão de denúncia de desvio de finalidade de verba destinada ao Fundo Municipal de Saúde de Dourados pelo Ministério de Saúde para combate à pandemia do COVID-19.

3. Inquérito Civil nº 06.2016.00000402-5

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Dourados

Assunto: Averiguar o cumprimento das irregularidades detectadas na condução dos Programas Estatais Estratégia de Saúde da Família - ESF e Núcleo de Apoio à Saúde - NASF, conforme colhido na Visita Técnica n. 654/2014.

4. Inquérito Civil nº 06.2017.00001256-2

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Secretaria Municipal de Segurança Pública de Ponta Porã e Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul - DETRAN/MS

Assunto: Apurar suposta prática de ato de improbidade administrativa no âmbito da Secretaria Municipal de Segurança Pública e da Agência Regional do Detran/MS em Ponta Porã, em razão da suposta cobrança ilegal de taxas e desvio do produto de arrecadação proveniente de apreensões de motocicletas estrangeiras durante operações de fiscalização de trânsito.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00001469-7 – SIGILOSO

Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Bela Vista

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00003249-5

2ª Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Bataguassu

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual existência de agressões físicas e psicológicas em pessoa portadora de necessidades especiais, realizadas no local de trabalho, e em lugares escondidos.

7. Inquérito Civil nº 06.2019.00001560-1

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Antônio João

Assunto: Apurar o não cumprimento pelo Município de Antônio João do piso salarial de agentes comunitário da saúde e de combate a endemias fixado pela Lei Federal n. 13.708/2018.

**8. Inquérito Civil nº 06.2020.00000259-4**

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Cooperativa Sicredi

Assunto: Apurar a ausência de acessibilidade às pessoas com deficiência auditiva no em locais privados de uso coletivo, especificamente nas agências do banco SICREDI de Campo Grande/MS.

9. Inquérito Civil nº 06.2020.00000536-9

2ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Naviraí

Requerente: Vigilância Sanitária do Município de Naviraí

Requerida: J Chagas Alimentos Ltda.

Assunto: Apurar a notícia de descumprimento de medidas sanitárias e de exposição de consumidores à situação de risco a saúde, relativamente aos fatos versados no Auto A 50479 emitido pela Vigilância Sanitária de Naviraí, em decorrência do novo CORONAVÍRUS (COVID-19).

10. Inquérito Civil nº 06.2017.00000528-3 – SIGILOSO

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista

11. Inquérito Civil nº 06.2018.00003566-0 – SIGILOSO

Promotoria de Justiça da Execução Penal da comarca de Dois Irmãos do Buriti

12. Inquérito Civil nº 06.2019.00001370-3

11ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Dourados

Requerente: Milton Alves Barbosa

Requerida: Nova Fonte Conveniência e Tabacaria

Assunto: Apurar a regularidade ambiental e urbanística do estabelecimento Adriane Mireli Barboza Prado – MEI (Nova Fonte Conveniência), especialmente o cumprimento das normas de posturas municipais e condicionantes da Autorização Ambiental n. 14.777/2019.

13. Inquérito Civil nº 06.2019.00000073-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Selma Queiroz Silva

Assunto: Apurar ocorrência de dano ambiental decorrente de desmatamento ilegal na Fazenda Cedro no município de Antônio João.

14. Inquérito Civil nº 06.2018.00002277-5

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Alair Ribeiro Fernandes

Assunto: Apurar depósito irregular/inadequado de produto tóxico (agrotóxico) por Alair Ribeiro Fernandes.

15. Inquérito Civil nº 06.2018.00002651-6

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bataguassu

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual necessidade de adoção de prática para realização de limpeza das valas de escoamento de água construídas as margens da BR 267, no período urbano, as quais estariam cobertas de entulhos, o que estaria impedindo a passagem de águas pluviais e provocando o alagamento da rodovia, prejudicando o tráfego de veículos e de pedestres no local.

2.1.6. RELATOR-CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:**1. Inquérito Civil nº 06.2019.00000437-0 – SIGILOSO**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina

**2. Inquérito Civil nº 06.2016.00000406-9**

1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã

Requerente: Walmir Nogueira de Oliveira

Requerido: Gabriel da Costa Rodrigues Alves

Assunto: Apurar infringência às normas de postura urbanística e sanitárias relativas à criação de animais de grande porte no Bairro Jardim Estoril, bem como fiscalizar a atuação do Município de Ponta Porã para solucionar a questão.

Procurador do Município: Ricardo Soares Sanches Dias – OAB/MS nº 11.558.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00002846-9

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: 4º Serviço Notarial e de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Campo Grande

Assunto: Tomar providências sobre a falta de acessibilidade para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida no Cartório do 4º Serviço Notarial e de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Campo Grande.

4. Inquérito Civil nº 06.2019.00001704-3

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Jairo Queiroz Jorge

Assunto: Apurar dano ambiental decorrente de degradação de Área de Preservação Permanente em propriedade localizada no Projeto “Paraíso”, lote 20, às margens do Rio Sucuriú, na cidade de Três Lagoas/MS.

5. Inquérito Civil nº 06.2017.00001499-3

42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Dilson da Silva Oliveira e Dalva Sanches Oliveira

Assunto: Apurar a regularidade da área de preservação permanente do Córrego Imbirussu na Quadra 23, área reservada 3, Lote A-11.

6. Inquérito Civil nº 06.2020.00000579-1

2ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Sérgio Ricardo Soares Goes

Assunto: Apurar os fatos narrados no BO 1661/2020, em decorrência do novo CORONAVÍRUS (COVID-19).

2.1.7. RELATOR-CONSELHEIRO ALEXANDRE LIMA RASLAN:**1. Inquérito Civil nº 06.2018.00003282-9 – SIGILOSO**

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

2. Inquérito Civil nº 06.2020.00000578-0

2ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Auto Posto Ipiranga

Assunto: Apurar os fatos narrados no BO 1559/2020, em decorrência do novo CORONAVÍRUS (COVID-19).

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00001398-7

Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Pedro Gomes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Pedro Gomes

Assunto: Apurar a deficiência do serviço de transporte escolar na zona rural do Município de Pedro Gomes (IC nº 12/2015).

4. Inquérito Civil nº 06.2019.00000409-2

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí



Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia de suposta ocorrência de dano ao erário público, decorrente de eventual desvio de recursos que deveriam ser repassados na forma do convênio 26168/2016/DETRAN/MS.

5. Inquérito Civil nº 06.2019.00000779-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Porto Murtinho

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Porto Murtinho, Ana Olímpia Gomes-ME

Assunto: Apurar eventuais irregularidades, suposta prática de improbidade administrativa e superfaturamento na contratação, pelo Município de Porto Murtinho, no ano de 2017, da empresa Ana Olímpia Gomes-ME, para fornecimento de refeições tipo prato feito, *selfservice*, rodízio e marmitex, para atender diversas secretarias municipais, no valor de aproximado de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais).

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00002020-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Negro

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Corguinho

Assunto: Apurar origem de supressão de mata ciliar, supostamente praticada pelo Município de Corguinho, em estrada de acesso ao Distrito Fala Verdade, com possível assoreamento do Rio Corguinho.

**CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO****RECOMENDAÇÃO Nº 0003/2020/CGMP/MS, 25 DE JUNHO DE 2020.**

Dispõe sobre a atuação do membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul na formação dos precedentes vinculantes nos Tribunais locais.

A CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, por intermédio de seu Corregedor-Geral, no uso de suas atribuições legais, embasado nos arts. 16, *caput*, e 18, X, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com redação conferida pela Lei Complementar Estadual nº 145, de 22 de abril de 2010, e no art. 2º, inciso IV, do Regimento Interno da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, e

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe não apenas a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis, mas de toda a ordem jurídica e do regime democrático, nos termos do que dispõe o art. 127, *caput*, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o Microssistema de Precedentes Brasileiro, de caráter vinculante, criado pelo Código de Processo Civil de 2015 (arts. 926 a 928⁵) em resposta à massificação de demandas, com o objetivo de reduzir o número de processos a serem julgados;

CONSIDERANDO a necessidade de constante aprimoramento da atuação do Ministério Público, na condição de fiscal da ordem jurídica, no momento da formação desses precedentes vinculantes nos Tribunais locais por meio de incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR) e incidente de assunção de competência (IAC), de modo a fortalecer a defesa dos direitos e das garantias fundamentais, a segurança jurídica, a proteção da confiança e a previsibilidade da atuação do Poder Judiciário;

CONSIDERANDO o disposto no art. 21 da Recomendação CNMP nº 57, de 5 de julho de 2017, no sentido de que, em razão da força vinculante dos precedentes judiciais, é imprescindível a atuação efetiva dos membros do Ministério Público com atribuição nos Tribunais, nos procedimentos de formação desses precedentes;

CONSIDERANDO a instauração, no âmbito desta Corregedoria-Geral do Ministério Público, do Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2020.00001838-6; e

CONSIDERANDO que a sistemática dos casos repetitivos e IAC apresenta impacto sobre o Ministério Público e a sociedade, atingindo diretamente a ordem jurídica pela ampla projeção jurídica e social que a decisão a ser proferida alcançará,

RECOMENDA, resguardado o princípio da independência funcional, sem caráter vinculativo:

Art. 1º Os membros do Ministério Público deverão atuar na formação e efetiva aplicação dos precedentes vinculantes, oficiando nas diversas instâncias, da seguinte forma:

I - os Procuradores de Justiça com atribuição nas Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, quando de suas manifestações;

⁵ “Art. 926. Os tribunais devem uniformizar sua jurisprudência e mantê-la estável, íntegra e coerente. § 1º Na forma estabelecida e segundo os pressupostos fixados no regimento interno, os tribunais editarão enunciados de súmula correspondentes a sua jurisprudência dominante. § 2º Ao editar enunciados de súmula, os tribunais devem ater-se às circunstâncias fáticas dos precedentes que motivaram sua criação.

Art. 927. Os juízes e os tribunais observarão: I - as decisões do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade; II - os enunciados de súmula vinculante; III - os acórdãos em incidente de assunção de competência ou de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos; IV - os enunciados das súmulas do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional e do Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional; V - a orientação do plenário ou do órgão especial aos quais estiverem vinculados. § 1º Os juízes e os tribunais observarão o disposto no art. 10 e no art. 489, § 1º, quando decidirem com fundamento neste artigo. § 2º A alteração de tese jurídica adotada em enunciado de súmula ou em julgamento de casos repetitivos poderá ser precedida de audiências públicas e da participação de pessoas, órgãos ou entidades que possam contribuir para a rediscussão da tese. § 3º Na hipótese de alteração de jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal e dos tribunais superiores ou daquela oriunda de julgamento de casos repetitivos, pode haver modulação dos efeitos da alteração no interesse social e no da segurança jurídica. § 4º A modificação de enunciado de súmula, de jurisprudência pacificada ou de tese adotada em julgamento de casos repetitivos observará a necessidade de fundamentação adequada e específica, considerando os princípios da segurança jurídica, da proteção da confiança e da isonomia. § 5º Os tribunais darão publicidade a seus precedentes, organizando-os por questão jurídica decidida e divulgando-os, preferencialmente, na rede mundial de computadores.

Art. 928. Para os fins deste Código, considera-se julgamento de casos repetitivos a decisão proferida em: I - incidente de resolução de demandas repetitivas; II - recursos especial e extraordinário repetitivos. Parágrafo único. O julgamento de casos repetitivos tem por objeto questão de direito material ou processual.”



II - os Procuradores de Justiça com atribuição nos demais órgãos fracionários, de forma que velem pelo ajuizamento dos incidentes de resolução de demandas repetitivas (IRDR) ou pelo incidente de assunção de competência (IAC), nas hipóteses em que seus respectivos pressupostos se apresentem;

III - os Procuradores de Justiça e Promotores de Justiça, mediante fiscalização da efetiva aplicação dos precedentes vinculantes, consoante previsto nos arts. 311, II⁶, 332⁷, 496, § 4^o, 521, IV⁹, 932, IV¹⁰, e 988, IV¹¹, do Código de Processo Civil.

Art. 2º Esta Recomendação entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Ministério Público.

Campo Grande, 25 de junho de 2020.

MARCOS ANTÔNIO MARTINS SOTTORIVA
Corregedor-Geral do Ministério Público

⁶ “Art. 311. A tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando: (...) II - as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante; (...)”

⁷ “Art. 332. Nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu, julgará liminarmente improcedente o pedido que contrariar: I - enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça; II - acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; III - entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; IV - enunciado de súmula de tribunal de justiça sobre direito local.”

⁸ “Art. 496. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença: (...) § 4º Também não se aplica o disposto neste artigo quando a sentença estiver fundada em: I - súmula de tribunal superior; II - acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; III - entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; IV - entendimento coincidente com orientação vinculante firmada no âmbito administrativo do próprio ente público, consolidada em manifestação, parecer ou súmula administrativa.”

⁹ “Art. 521. A caução prevista no inciso IV do art. 520 poderá ser dispensada nos casos em que: (...) IV - a sentença a ser provisoriamente cumprida estiver em consonância com súmula da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça ou em conformidade com acórdão proferido no julgamento de casos repetitivos.”

¹⁰ “Art. 932. Incumbe ao relator: (...) IV - negar provimento a recurso que for contrário a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (...)”

¹¹ “Art. 988. Caberá reclamação da parte interessada ou do Ministério Público para: (...) IV - garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência; (...)”



COMISSÃO DE CONSTATAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE MATERIAL

EXTRATO DE DOAÇÃO PROCESSO PGJ/10/0428/2020 – PARTES:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, **Bianka Karina Barros da Costa**.

Donatário: Fundo Municipal de Assistência Social de Miranda/MS, representado por sua Secretária Municipal de Assistência Social– **Gesiane de Melo Bruno**.

Amparo Legal: Resolução nº 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

Aparelho de ar condicionado: 1 unidade

Data: 11.3.2020.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE002250 DE 25.06.2020 DO PROCESSO PGJ/10/1932/2020

Credor: TC COMÉRCIO EIRELI.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Eletrônico nº 16/PGJ/2019 - Ata de Registro de Preços nº 43/PGJ/2019**.

Objeto: Aquisição de materiais de processamento de dados (cartuchos, mídias, discos rígidos, etc.), para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 3.568,50 (três mil quinhentos e sessenta e oito reais e cinquenta centavos) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE002250 de 25.06.2020, Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE002251 DE 25.06.2020 DO PROCESSO PGJ/10/1933/2020

Credor: DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 27/PGJ/2019 – Ata Registro de Preços nº 1/PGJ/2020**.

Objeto: Aquisição de materiais elétricos, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 624,70 (seiscentos e vinte e quatro reais e setenta centavos) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE002251 de 25.06.2020, Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Amparo legal: inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE MPMS E FUNDAÇÃO STÊNIO CONGRO

Processo: PGJ/10/1232/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **TVC HD E CULTURA FM TRÊS LAGOAS, CULTURA FM APARECIDA DO TABOADO, CULTURA FM PARANAÍBA (Razão Social: Fundação Stênio Congro)**, todos representados por **Rosário Congro Neto**.

Amparo legal: Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e suas alterações, e artigo 8º, §2º, do Decreto Estadual nº 11.261, de 16 de junho de 2003.

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Acordo de Cooperação Técnica por mais 12 (doze) meses.

Vigência do Convênio: 18.09.2020 a 18.09.2021.

Data da assinatura: 17 de junho de 2020.

**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 53/PGJ/2018**

Processo: PGJ/10/2571/2018

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **Águas Guariroba S/A**, representada por seu Diretor Presidente, **Themis de Oliveira**, e por seu Diretor Executivo, **Celso Lino Paschoal Junior**.

Procedimento licitatório: Licitação inexigida, com fulcro no artigo 25, “caput”, da Lei Federal nº 8.666/93.

Amparo legal: Artigo 60, da Lei nº 8.666/1993 e Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Objeto: Inclusão da previsão das disposições anticorrupção, no Contrato 53/PGJ/2018, sem ônus para o erário.

Vigência: 17.06.2020 a 07.12.2020.

Data de assinatura: 17 de junho de 2020.

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 21/PGJ/2016

Processo: PGJ/10/1470/2016

Partes:

1- **Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **ZOOM COMUNICAÇÕES E PUBLICIDADE EIRELI**, representada por **Paulo Jose Rezende Maia Costa**.

Procedimento licitatório: Pregão Presencial nº 15/PGJ/2016.

Amparo legal: Artigo 57, inciso II, e artigo 65, §8º, ambos da Lei Federal nº 8.666/93.

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 12 (doze) meses, para a prestação de serviços de impressão e veiculação de *outdoor* e *busdoor*, para divulgação de campanhas realizadas pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul; e reajuste do valor contratual, com aplicação da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPC-A), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Valor contratual total: R\$ 47.607,60 (quarenta e sete mil seiscentos e sete reais e sessenta centavos).

Vigência contratual: 04.07.2020 até 03.07.2021.

Data da assinatura: 19 de junho de 2020.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 80/PGJ/2020

Processo: PGJ/10/4580/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **MCD CONSTRUTORA LTDA**, representada por seu Sócio, **Renato Hallal Dahdah**.

Procedimento licitatório: Concorrência nº 1/CPL/PGJ/2020.

Amparo legal: Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Execução da obra de reforma com ampliação do edifício-sede das Promotorias de Justiça da comarca de Caarapó/MS, localizado na Avenida Dom Pedro II, nº 1.730, Vila Planalto, Caarapó/MS, pelo Regime de Execução de Empreitada por Preço Unitário, inclusive fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos e todos os materiais necessários.

Valor contratual total: R\$ 1.036.167,86 (um milhão trinta e seis mil cento e sessenta e sete reais e oitenta e seis centavos), nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000235, de 17.06.2020

Vigência: 20 (vinte) meses, contados da publicação.

Data de assinatura: 26 de junho de 2020.



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/PGJ/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/PGJ/2019-SRP – PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.060 DE 27 DE SETEMBRO DE 2019 (PÁGINA 7), NO DOMP-MS 2.118 DE 7 DE JANEIRO DE 2020 (PÁGINA 24) E NO DOMP-MS Nº 2.173 DE 27 DE MARÇO DE 2020 (PÁGINA 3) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo nº PGJ/10/2526/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **COMERCIAL DE ALIMENTOS ZAFIRA - EIRELI**, representada por **Victor Hugo Yoshiharu Ogawa**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 9/PGJ/2019.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de limpeza (balde, esponja, sabão etc.), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
12	Saco plástico para lixo (coleta seletiva), cor amarela, capacidade para 100 litros, medindo no mínimo 0,80m de largura x 0,90m de comprimento, espessura mínima de 0,09 micras, embalagem com 100 unidades. Marca: ECONOMICA.	Pacote	50	42,59
13	Saco plástico para lixo (coleta seletiva), cor azul, capacidade para 100 litros, medindo no mínimo 0,80m de largura x 0,90m de comprimento, espessura mínima de 0,09 micras, embalagem contendo 100 unidades. Marca: ECONOMICA.	Pacote	50	41,47
14	Saco plástico para lixo (coleta seletiva), cor marrom, capacidade para 100 litros, medindo no mínimo 0,80m de largura x 0,90m de comprimento, espessura mínima de 0,09 micras, embalagem com 100 unidades. Marca: ECONOMICA.	Pacote	500	39,83
17	Saco plástico para lixo, cor preta, capacidade para 100 litros, medindo no mínimo 0,80m de largura x 0,90m de comprimento, espessura mínima de 0,09 micras, embalagem com 100 unidades. Marca: ECONOMICA.	Pacote	8	44,28

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 25 de setembro de 2019.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 0001/2020/76PJ/CGR**

A 76ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo discriminado, à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, n. 180, Chácara Cachoeira, Campo Grande /MS.

Procedimento Administrativo nº 09.2020.00002125-8

Requerente: Ministério Público Estadual/76ª Promotoria de Justiça da Saúde Pública.

Requerido: Secretaria de Estado de Saúde e Secretaria Municipal de Saúde Pública de Campo Grande.

Assunto: Acompanhar a implantação do Projeto de Biossegurança nas Escolas Públicas de Campo Grande/MS.

Campo Grande/MS, 26 de junho de 2020.

LUCIANA DO AMARAL RABELO

Promotora de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA**IVINHEMA****EDITAL Nº 0001/2020/01PJ/IVH - PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS ÚTEIS.**

Notícia de Fato n.º 01.2020.00000175-1.

O Ministério Público de Mato Grosso do Sul, neste ato representado pelo Promotor de Justiça Dr. Daniel do Nascimento Britto, diante da impossibilidade da notificação pessoal ou por telefone, mesmo por meio de mandatários ou prepostos, vem, na forma da lei, notificar o representante, Sr. Júlio Alves, ou qualquer outro interessado, para que tome ciência da decisão administrativa que concluiu pelo arquivamento da Notícia de Fato nº 01.2020.00000175-1. Em caso de discordância com o arquivamento do referido procedimento, os interessados poderão, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação deste, para interposição de recurso e apresentação de razões recursais contra a decisão proferida. E, para conhecimento de todos, será este publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público de Mato Grosso do Sul e afixado nas dependências da Promotoria de Justiça Ivinhema/MS.

Ivinhema/MS, 24 de junho de 2020

DANIEL DO NASCIMENTO BRITTO

Promotor de Justiça

**PONTA PORÃ****EDITAL N° 0042/2020/01PJ/PPR**

A 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração/recebimento do presente Inquérito Civil nº 06.2020.00000680-2, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000680-2

Requerente(s): Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido(s): Município de Antônio João, Marcileide Harteman Pereira Marques

Assunto: apurar a prática de ato de improbidade administrativa em razão do não cumprimento deliberado e injustificado das obrigações legais inseridas em cláusulas de acordo extrajudicial

Ponta Porã/MS, 26 de junho de 2020

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

ASMMP**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

O Presidente da Associação Sul-Mato-Grossense dos Membros do Ministério Público - ASMMP, com fundamento nos artigos 12, inciso VII e 13, §1º do Estatuto Social da entidade, convoca **Assembleia Geral Ordinária**, a realizar-se na plataforma on-line Microsoft Teams, em data e hora abaixo descritos, para tratar, discutir e deliberar acerca da seguinte ordem do dia:

- Reforma do **Hotel de Trânsito**.

A reunião será realizada virtualmente devido ao enfrentamento da pandemia do novo coronavírus, conforme a LEI Nº 14.010, DE 10 DE JUNHO DE 2020 – artigo 5º, que autoriza a realização de Assembleia Geral “por meios eletrônicos”.

Fica definido o aplicativo **Microsoft Teams** como plataforma para realização desta Assembleia.

Acesso à sala virtual: O link de acesso a sala virtual será enviado em até 01 hora antes do início do debate para o e-mail dos associados (e-mail funcional, no caso dos associados da ativa e, no caso dos aposentados, o e-mail indicado em contato prévio). Para acesso, o associado deverá clicar no link recebido, preencher o seu nome, clicar no botão "Ingressar em Reunião do Microsoft Teams" e aguardar o aceite do moderador da sala.

Local: Sala virtual na plataforma Microsoft Teams, conforme artigo 5º da Lei nº14.010, de 10 de junho de 2020.

Data: 15 de julho de 2020 (quarta-feira)

Hora: 1ª Convocação - 18h15

2ª Convocação - 18h30

Campo Grande/MS, 26 de junho de 2020.

ROMÃO ÁVILA MILHAN JUNIOR

Presidente da ASMMP